



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

RITA MARCIA PORTUGAL DE SOUZA

**O PARLAMENTO E AS MULHERES EM SÃO FRANCISCO DO CONDE:
UM ESTUDO DOS PERFIS E TRAJETÓRIAS DAS VEREADORAS
ELEITAS EM SÃO FRANCISCO DO CONDE EM 2020**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

RITA MÁRCIA PORTUGAL DE SOUZA

**O PARLAMENTO E AS MULHERES EM SÃO FRANCISCO DO CONDE:
UM ESTUDO DOS PERFIS E TRAJETÓRIAS DAS VEREADORAS
ELEITAS EM SÃO FRANCISCO DO CONDE EM 2020**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Márcio André de Oliveira dos Santos.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

S718p

Souza, Rita Márcia Portugal de.

O parlamento e as mulheres em São Francisco do Conde : um estudo dos perfis e trajetórias das vereadoras eleitas em São Francisco do Conde em 2020 / Rita Márcia Portugal de Souza. - 2025.

34 f. : il. color.

Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Márcio André de Oliveira dos Santos.

1. Mulheres - Atividades políticas - São Francisco do Conde (BA). 2. São Francisco do Conde (BA) - Política e governo - 2020. 3. Vereadoras. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 324.7098142

RITA MÁRCIA PORTUGAL DE SOUZA

**O PARLAMENTO E AS MULHERES EM SÃO FRANCISCO DO CONDE:
UM ESTUDO DOS PERFIS E TRAJETÓRIAS DAS VEREADORAS
ELEITAS EM SÃO FRANCISCO DO CONDE EM 2020**

Monografia apresentada como requisito parcial para
a conclusão do curso de Licenciatura em Ciências
Sociais da Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Data de aprovação: 03/06/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Márcio André de Oliveira dos Santos (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof.^a Dr.^a Jucélia Bispo dos Santos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof. Dr. Cláudio André de Souza

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

RESUMO

A trajetória das mulheres na política de São Francisco do Conde, especialmente a partir das eleições municipais de 2020, revela um processo dinâmico e contraditório de construção da democracia local. Se por um lado houve um avanço expressivo na presença feminina no legislativo, com o aumento do número de vereadoras eleitas, por outro lado, persistem estruturas de poder que dificultam sua atuação plena e autônoma nos espaços institucionais. O presente trabalho procurou refletir sobre essas contradições a partir da análise dos perfis, das trajetórias e dos desafios enfrentados pelas parlamentares, observando os múltiplos fatores, históricos, culturais, institucionais e simbólicos que moldam o campo político local. Ao longo do estudo, foi possível constatar que a participação feminina na política municipal franciscana não pode ser compreendida apenas por meio da análise estatística de presença numérica, mas deve ser abordada em sua complexidade, considerando aspectos como o acesso desigual aos recursos partidários, a reprodução de práticas patriarcais no ambiente legislativo, a desvalorização simbólica das pautas de gênero e a violência política de gênero.

Palavras-chave: mulheres - atividades políticas - São Francisco do Conde (BA); São Francisco do Conde (BA) - política e governo - 2020; vereadoras.

ABSTRACT

The trajectory of women in the politics of São Francisco do Conde, especially since the 2020 municipal elections, reveals a dynamic and contradictory process of building local democracy. While there has been significant progress in female representation in the legislature, with an increase in the number of elected female councilors, power structures persist that hinder their full and autonomous participation in institutional spaces. This work sought to reflect on these contradictions by analyzing the profiles, trajectories, and challenges faced by female parliamentarians, observing the multiple historical, cultural, institutional, and symbolic factors that shape the local political field. Throughout the study, it was possible to ascertain that female participation in São Francisco do Conde's municipal politics cannot be understood solely through statistical analysis of numerical presence, but must be addressed in its complexity, considering aspects such as unequal access to party resources, the reproduction of patriarchal practices in the legislative environment, the symbolic devaluation of gender issues, and gender-based political violence.

Keywords: women - political activities - São Francisco do Conde (BA); São Francisco do Conde (BA) - politics and government - 2020; female councilors.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	PROBLEMA DE PESQUISA	9
3	OBJETIVOS DA PESQUISA	10
3.1	OBJETIVO GERAL	10
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
4	JUSTIFICATIVA	11
5	REFERENCIAL TEÓRICO	12
5.1	DEMOCRACIA PARTICIPATIVA	12
5.2	REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES	13
5.3	MULHERES NEGRAS, POLÍTICA E INTERSECCIONALIDADE	16
5.4	PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E CIDADANIA ATIVA	17
5.5	ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E INCIDÊNCIA POLÍTICA DAS MULHERES EM SÃO FRANCISCO DO CONDE	21
5.6	IMPACTOS DA ATUAÇÃO DAS VEREADORAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS	23
6	METODOLOGIA	27
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
	REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

São Francisco do Conde (SFC) é um município baiano localizado a aproximadamente 66 km de Salvador, integrando a Região Metropolitana da capital. Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021 sua população era de 40.664 habitantes (IBGE, 2021). Do ponto de vista econômico, o município apresenta um dos maiores PIBs per capita da Bahia, devido à presença da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), atualmente operada pela Acelen, o que o coloca em posição de destaque em termos de arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (Bahia, 2021).

Historicamente, o município se constitui como um importante centro cultural e político do Recôncavo Baiano, com forte presença de populações negras, comunidades quilombolas e manifestações culturais afro-brasileiras. A partir de 2014, passou também a abrigar um campus da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), o que contribui para o aumento do acesso ao ensino superior e para a promoção de debates sobre inclusão social, identidades negras e participação cidadã (Silva, 2022).

No campo político, São Francisco do Conde passou por importantes transformações no que tange à representatividade de gênero. Nas primeiras décadas do século XXI, a política municipal era marcada por uma hegemonia masculina no legislativo local. Um levantamento feito a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostra que, entre os anos 2000 e 2008, apenas uma mulher ocupava cadeira na Câmara Municipal. No pleito de 2012, esse número subiu para duas vereadoras eleitas, e em 2016, foram três mulheres entre as 13 cadeiras disponíveis (TSE, 2023).

O cenário se modificou expressivamente nas eleições municipais de 2020, quando seis mulheres foram eleitas para o legislativo municipal, ocupando praticamente metade do parlamento. Esse crescimento representa não apenas uma conquista simbólica, mas também um indicativo de que há mudanças estruturais em curso na política local. As vereadoras eleitas – Daoana Sales (PP), Domingas do Sacramento (DEM), Lorena Gonçalves (PSB), Renilza Melo (PSB), Rosângela Valentim (DEM) e Sônia Batista (PP) – são representantes de distintos bairros e segmentos sociais, incluindo o movimento negro, religioso, estudantil e comunitário (Câmara Municipal de São Francisco do Conde, 2021).

Esse aumento pode ser interpretado à luz das políticas afirmativas de gênero, do fortalecimento da mobilização das mulheres nos espaços comunitários e da ampliação do acesso à educação. De acordo com Araújo (2010), o aumento da escolarização, a atuação em

movimentos sociais e a maior visibilidade das pautas feministas e antirracistas têm sido fatores centrais para a emergência de novas lideranças femininas nas periferias e nos municípios interioranos.

Entretanto, é preciso problematizar até que ponto esse crescimento quantitativo da presença feminina na política local se traduz em mudanças qualitativas nas pautas políticas, nas formas de governar e nas relações com os eleitores. Como adverte Miguel (2014), a sub-representação feminina não é apenas uma questão de números, mas de estruturas patriarcais que dificultam o exercício pleno da atuação política por mulheres, sobretudo negras e periféricas.

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo compreender os fatores que contribuíram para o aumento da participação feminina na política de São Francisco do Conde, analisando os perfis, trajetórias e práticas políticas das seis vereadoras eleitas nas eleições de 2020. A proposta parte da premissa de que a ampliação da presença de mulheres nos parlamentos pode significar transformações nas agendas políticas e nos modos de fazer política, especialmente em municípios com forte tradição de organização popular e de lutas por igualdade racial e de gênero.

2 PROBLEMA DE PESQUISA

A sub-representação feminina nos espaços políticos institucionais tem sido uma preocupação recorrente nos estudos sobre democracia, equidade de gênero e participação cidadã. No Brasil, apesar das políticas de cotas e de incentivo à presença de mulheres na política, como a Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), ainda se observa um abismo entre a proporção de mulheres na população e a sua representação efetiva nos parlamentos municipais, estaduais e federais (Araújo, 2010; Miguel, 2008). Entretanto, nas eleições municipais de 2020, a Câmara Municipal de São Francisco do Conde, município localizado no estado da Bahia, apresentou uma composição surpreendente em termos de equidade de gênero. Das 13 cadeiras legislativas, seis foram ocupadas por mulheres, representando cerca de 46% da composição total, um índice muito acima da média nacional de representatividade feminina nos parlamentos municipais, que, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, girava em torno de 16% em 2020 (TSE, 2020).

As vereadoras eleitas foram: Daoana Salles de Verdade (PP), Renilza Melo (PSB), Lorena de Reizinho (PSB), Minga de Joinha (DEM), Ró Valentim (DEM) e Sônia Batista (PP). Esses dados foram divulgados por veículos de imprensa confiáveis como o portal de notícias UOL (2020), demonstrando a significativa presença de mulheres no legislativo municipal daquela localidade. Diante disso, emerge a necessidade de problematizar os fatores que contribuíram para esse cenário. Considerando o histórico de baixa participação feminina na política brasileira, torna-se relevante questionar se essa mudança é fruto de ações afirmativas locais, do fortalecimento de movimentos de mulheres, da reorganização de partidos políticos, da atuação da sociedade civil organizada ou de outros processos sociais e políticos específicos do contexto são-franciscano. Assim, a principal questão que norteia esta pesquisa é: quais fatores políticos, sociais e institucionais explicam o aumento significativo da representação feminina na Câmara Municipal de São Francisco do Conde nas eleições de 2020? Essa pergunta visa compreender não apenas a conjuntura eleitoral de 2020, mas também os processos históricos e socioculturais que favoreceram essa transformação, contribuindo para o debate sobre a ampliação da democracia representativa e a efetivação da equidade de gênero no parlamento local.

3 OBJETIVOS DA PESQUISA

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar os perfis e as trajetórias das vereadoras eleitas em São Francisco do Conde nas eleições municipais de 2020, a fim de compreender os fatores que possibilitaram o aumento da representação política feminina no legislativo local.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar transformações políticas, institucionais e partidárias que favoreceram a eleição de mulheres em 2020 no município.
- Caracterizar os perfis sociais, políticos e profissionais das vereadoras, incluindo suas atuações prévias e vínculos com movimentos sociais.

- Compreender os desafios enfrentados e as estratégias utilizadas pelas vereadoras para alcançar e exercer o mandato.
- Avaliar como essas experiências contribuem para fortalecer a participação política feminina em contextos similares.

4 JUSTIFICATIVA

A sub-representação feminina nos espaços de poder político no Brasil é uma problemática persistente, apesar dos avanços institucionais na promoção da equidade de gênero. A eleição de 2020, contudo, representou um marco relevante em diversos municípios brasileiros, como São Francisco do Conde, onde se observou um crescimento expressivo da participação feminina no parlamento local. Essa mudança demanda uma análise qualificada que vá além da simples quantificação de cadeiras ocupadas por mulheres, investigando os caminhos, os desafios e as estratégias que levaram à conquista desses espaços.

A relevância científica deste estudo se justifica pelo aprofundamento da compreensão sobre os mecanismos sociais, partidários e institucionais que incidem na eleição de mulheres para cargos legislativos em contextos municipais. Como argumenta Dahl (1997), a democracia pressupõe não apenas eleições livres, mas também a participação efetiva dos cidadãos e a igualdade política. Para o autor, a legitimidade democrática depende da inclusão e da responsabilidade dos sistemas políticos às diversas vozes sociais inclusive, e especialmente, as das mulheres.

Ademais, conforme argumentam Miguel e Biroli (2014), as trajetórias de mulheres eleitas em contextos locais são fundamentais para compreender como operam as articulações entre gênero, classe, raça e território na formação de lideranças políticas. Estudar essas trajetórias pode revelar a importância das redes de apoio, do engajamento comunitário, da militância feminista e das estratégias de resistência a um sistema patriarcal ainda dominante.

Além disso, o trabalho assume relevância social e política por contribuir para o fortalecimento da democracia participativa e para o estímulo à representatividade de grupos historicamente subalternizados. De acordo com dados da União Interparlamentar (IPU, 2024), embora o Brasil tenha registrado avanços, o país ainda ocupa posição insatisfatória em rankings mundiais de presença feminina nos parlamentos, evidenciando a necessidade de políticas públicas e estudos voltados à equidade política.

Por fim, a relevância acadêmica deste trabalho também se expressa ao integrar os debates contemporâneos sobre participação política, interseccionalidade e democracia, dialogando com estudos de autoras como Piscitelli (2009), Crenshaw (2002) e Santos (2007), que problematizam as dinâmicas de poder a partir de múltiplas opressões. O estudo, portanto, busca contribuir para o campo das Ciências Sociais ao iluminar as possibilidades e os limites da atuação parlamentar de mulheres em um município marcado por profundas desigualdades históricas e por dinâmicas políticas complexas.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

A democracia participativa se apresenta como uma resposta crítica aos limites da democracia representativa tradicional, especialmente no contexto latino-americano, marcado por profundas desigualdades sociais, econômicas e raciais. Diferente da lógica que delega poder a representantes eleitos apenas em momentos eleitorais, a democracia participativa busca ampliar e aprofundar os mecanismos de envolvimento direto da população nas decisões públicas, promovendo maior transparência, inclusão e justiça social.

Segundo Avritzer (2002), um dos principais estudiosos do tema no Brasil, a democracia participativa não se trata apenas de um complemento à representatividade, mas de uma reconfiguração da própria lógica de poder político. Para o autor, os espaços participativos como conselhos gestores, conferências, audiências públicas e orçamentos participativos não apenas fortalecem a cidadania, mas transformam qualitativamente as relações entre Estado e sociedade civil. Ele argumenta que o Brasil, sobretudo a partir da redemocratização e da Constituição Federal de 1988, tornou-se um “laboratório” de experiências participativas, com destaque para o caso do Orçamento Participativo em Porto Alegre, que se tornou referência internacional por permitir que comunidades historicamente excluídas deliberassem diretamente sobre o uso de recursos públicos.

Boaventura Santos (2002), por sua vez, propõe o conceito de “democratizar a democracia”, afirmando que os mecanismos de participação direta são cruciais para combater o que ele chama de “fascismo social”, isto é, a exclusão sistemática de parcelas da população do acesso a direitos e à cidadania plena. Para ele, democratizar a democracia implica

reconhecer a pluralidade de saberes, culturas e modos de vida que existem nos territórios, rompendo com a monocultura da razão liberal ocidental. Nesse sentido, a participação popular deve ser concebida como um processo político-pedagógico contínuo, no qual os sujeitos coletivos se formam e se transformam por meio da ação política direta.

No contexto das cidades brasileiras de pequeno e médio porte, como São Francisco do Conde, a democracia participativa ganha uma dimensão ainda mais estratégica. Trata-se de territórios em que as relações entre representantes e representados costumam ser mais próximas, permitindo o desenvolvimento de arranjos institucionais inovadores baseados na escuta ativa, na gestão compartilhada e na cooprodução de políticas públicas. No entanto, essas possibilidades esbarram em desafios históricos, como o clientelismo, o racismo institucional, o machismo estrutural e a baixa escolarização da população, que muitas vezes dificultam o exercício pleno da cidadania.

Para superar essas barreiras, é essencial reconhecer que a democracia participativa exige, por um lado, a institucionalização de canais permanentes de diálogo e deliberação e, por outro, o fortalecimento da sociedade civil organizada. Nesse processo, as mulheres especialmente as mulheres negras – têm desempenhado um papel fundamental, não apenas como beneficiárias, mas como protagonistas da luta por políticas públicas mais justas. A atuação das vereadoras eleitas em São Francisco do Conde, por exemplo, revela como a presença de mulheres negras nos espaços de poder pode contribuir para a ressignificação da democracia, trazendo à tona pautas e perspectivas historicamente marginalizadas.

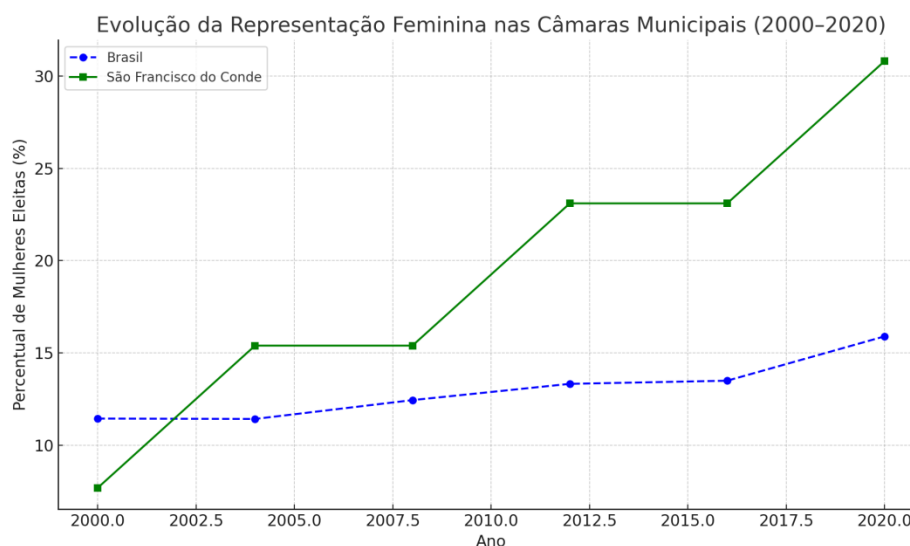
É preciso, portanto, conceber a democracia participativa não apenas como um conjunto de instrumentos técnico-normativos, mas como uma prática social e cultural enraizada nos territórios e nas experiências populares. Como afirma Carlos Nelson Coutinho (2003), “a democracia é sempre, e inevitavelmente, um processo inacabado”. Nesse sentido, fortalecer a democracia participativa é também fortalecer a luta por direitos, por reconhecimento e por justiça social, sobretudo em contextos marcados pela colonialidade do poder e do saber.

5.2 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES

A representação política das mulheres é um componente essencial para a consolidação de uma democracia verdadeiramente inclusiva. No Brasil, embora as mulheres constituam mais da metade da população e do eleitorado, sua presença nos espaços de poder político

ainda é significativamente inferior à dos homens. Essa disparidade é resultado de múltiplos fatores, incluindo barreiras estruturais, culturais e institucionais que limitam o acesso e a permanência das mulheres na política.

Historicamente, a participação das mulheres na política brasileira tem sido marcada por avanços lentos e desiguais. Apesar da conquista do direito ao voto em 1932, a presença feminina nos cargos eletivos permanece baixa. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições municipais de 2020, as mulheres representaram apenas 15,7% dos vereadores eleitos em todo o país. Essa sub-representação reflete não apenas a persistência de estereótipos de gênero, mas também a falta de apoio institucional e partidário às candidaturas femininas.



A adoção de cotas de gênero para candidaturas proporcionais, estabelecida pela Lei nº 9.504/1997, foi um passo importante para estimular a participação feminina. No entanto, a efetividade dessa medida tem sido limitada, em parte devido à prática de candidaturas fictícias e à falta de recursos destinados às campanhas de mulheres. Além disso, a violência política de gênero, manifestada por meio de ameaças, assédio e discriminação, constitui um obstáculo adicional à atuação das mulheres na política.

São Francisco do Conde, município localizado no Recôncavo Baiano, destaca-se por sua população majoritariamente negra e por uma história política marcada pela presença de lideranças femininas negras. Um exemplo emblemático é Rilza Valentim de Almeida Pena, que se tornou a primeira mulher e negra a assumir a prefeitura do município em 2008. Sua gestão foi reconhecida por políticas voltadas à inclusão social, educação e valorização da

identidade afro-brasileira. Nas eleições municipais de 2020, a Câmara Municipal de São Francisco do Conde alcançou um marco significativo ao eleger seis mulheres para o cargo de vereadora, representando 50% das cadeiras legislativas. Entre as eleitas, destacam-se:

- **Daoana Salles de Verdade (PP) – 1.642 votos**
- **Renilza Melo (PSB) – 1.169 votos**
- **Minga de Joinha (DEM) – 1.167 votos**
- **Lorena de Reizinho (PSB) – 1.113 votos**
- **Sonia Batista (PP)- 756 votos**
- **Rosangela valentim (DEM)- 957 votos**

A eleição dessas vereadoras representa um avanço significativo na representatividade de gênero no legislativo municipal e reflete o engajamento político das mulheres na região. Apesar dos avanços, as mulheres em São Francisco do Conde enfrentam desafios semelhantes aos observados em outras regiões do país. A conciliação entre a vida política e as responsabilidades domésticas, a resistência cultural à liderança feminina e a escassez de recursos para campanhas são obstáculos recorrentes. Além disso, a violência política de gênero continua sendo uma realidade que limita a atuação plena das mulheres nos espaços de poder.

A luta na mudança dessa visão vem sendo continua, a resistência em ocupar determinados locais, antes não visto como lugares para mulheres, tem sido cada vez mais crescente, o ponto é que, é interessante alegar que:

É fato que muitas mulheres já ocupam os espaços que antes eram exclusivamente dos homens, no entanto, o envolvimento político ainda não chegou ao ponto necessário e esperado, dado o fato de que culturalmente as mulheres sempre foram excluídas da vida pública, não tomando o envolvimento na política como que lhes é comum e tradicional. E é por isso que um sistema denominado cota de gênero entrou na conjuntura política mundial. Ele surge como uma tentativa de influenciar a introdução de cada vez mais mulheres na política (Modeiros; Chaves, 2017, p. 108-109).

Baseado na pesquisa apresentada, é interessante apontar que ao longo do tempo há um grande desenvolvimento das mulheres sanfranciscanas na política local. Essas mulheres acarretam uma grande responsabilidade no legislativo, pois elas têm a sensibilidade ao “olhar” para a população de modo a criar políticas mais participativas e inclusivas. Para enfrentar esses desafios, é fundamental fortalecer as políticas públicas voltadas à equidade de

gênero, promover a formação política das mulheres e garantir mecanismos de proteção contra a violência política. A realização de eventos como a 2ª Conferência de Políticas para as Mulheres, promovida pela Câmara Municipal em 2024, é um exemplo de iniciativa que busca construir e aprimorar políticas públicas para as mulheres do município.

A representação política das mulheres em São Francisco do Conde evidencia tanto os avanços quanto os desafios persistentes na busca por uma democracia mais equitativa. A presença significativa de vereadoras no legislativo municipal é um indicativo positivo, mas é necessário continuar promovendo ações que garantam a participação plena e efetiva das mulheres na política. O fortalecimento de políticas públicas, a promoção da igualdade de gênero e o combate à violência política são essenciais para consolidar esses avanços e construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

5.3 MULHERES NEGRAS, POLÍTICA E INTERSECCIONALIDADE

A interseccionalidade, conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (1989), destaca como diferentes formas de opressão como racismo, sexismo e classismo, interagem e se sobrepõem, criando experiências únicas de discriminação para indivíduos que pertencem a múltiplos grupos marginalizados. No contexto brasileiro, as mulheres negras enfrentam desafios específicos na arena política, resultantes da combinação de desigualdades de gênero e raça. Apesar de representarem uma parcela significativa da população brasileira, as mulheres negras são sub-representadas nos espaços de poder. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições municipais de 2020, apenas 4% das cidades brasileiras tinham prefeitas negras, evidenciando a disparidade racial e de gênero na política local.

A falta de recursos financeiros é uma das principais barreiras enfrentadas por candidatas negras. Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) revelou que campanhas de candidatas negras recebem significativamente menos financiamento em comparação com seus pares brancos, limitando sua visibilidade e alcance.

Além disso, a violência política de gênero e raça é uma realidade constante. Mulheres negras na política frequentemente enfrentam ataques direcionados, tanto físicos quanto simbólicos, que visam deslegitimar sua presença e atuação nos espaços de poder. São Francisco do Conde, município do Recôncavo Baiano, destaca-se por sua população majoritariamente negra e por uma história rica de resistência e protagonismo feminino. A eleição de Rilza Valentim como prefeita em 2008 marcou um momento histórico, sendo ela a

primeira mulher negra a assumir o executivo municipal. Apesar dos avanços, as mulheres negras em São Francisco do Conde continuam enfrentando desafios significativos. A estrutura patriarcal e racista da sociedade brasileira impõe barreiras à sua plena participação política. A violência política de gênero, manifestada por meio de ameaças, assédio e discriminação, é uma realidade que limita a atuação dessas mulheres nos espaços de poder.

Além disso, a falta de apoio institucional e partidário às candidaturas de mulheres negras dificulta sua ascensão política. Muitas vezes, essas candidatas enfrentam resistência dentro de seus próprios partidos, que não oferecem os recursos e o suporte necessários para campanhas eficazes. Para promover a inclusão e equidade na política, é fundamental implementar políticas públicas que incentivem a participação de mulheres negras nos espaços de poder. Isso inclui a destinação de recursos específicos para campanhas de candidatas negras, a criação de programas de formação política e liderança, e a implementação de mecanismos de proteção contra a violência política de gênero e raça.

Além disso, é essencial promover uma mudança cultural que reconheça e valorize a contribuição das mulheres negras na política. Isso envolve a desconstrução de estereótipos e preconceitos, bem como a promoção de narrativas que destacam o protagonismo e as conquistas dessas mulheres. A interseccionalidade oferece uma lente crítica para compreender as múltiplas formas de opressão enfrentadas por mulheres negras na política. Em São Francisco do Conde, apesar dos avanços significativos, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir a plena participação e representação dessas mulheres nos espaços de poder. A implementação de políticas públicas inclusivas, o fortalecimento de redes de apoio e a promoção de uma cultura política antirracista e antipatriarcal são passos essenciais nessa direção.

5.4 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E CIDADANIA ATIVA

A participação política é uma das expressões mais significativas da cidadania ativa e constitui um dos pilares da democracia. No Brasil, esse conceito está consagrado na Constituição Federal de 1988, que reconhece o povo como detentor do poder político e garante a sua participação direta e indireta na condução dos destinos da nação (Brasil, 1988). Contudo, na prática, persistem inúmeros desafios para a efetivação plena dessa participação, especialmente entre mulheres negras, historicamente marginalizadas dos espaços institucionais.

Segundo Carvalho (2002), a cidadania ativa vai além do exercício do voto: implica engajamento contínuo dos sujeitos na vida pública, exigindo direitos e propondo soluções para os problemas coletivos. Essa concepção é fundamental para compreender as novas formas de participação que surgem a partir de movimentos sociais, associações comunitárias e iniciativas de base.

Gohn (2011) destaca que a cidadania ativa é especialmente relevante em contextos de exclusão, pois oferece aos grupos marginalizados, como as mulheres negras, a possibilidade de disputar narrativas e construir alternativas políticas e sociais a partir de suas vivências. São Francisco do Conde tem se mostrado uma referência na promoção da cidadania ativa, particularmente por meio da eleição de mulheres negras para cargos públicos. Nas eleições municipais de 2020, a Câmara de Vereadores alcançou um marco simbólico e histórico ao eleger a maioria de mulheres negras e oriundas de comunidades periféricas e quilombolas. Essa composição representou um avanço significativo na representatividade local (CMSFC, 2021).

A presença dessas mulheres na política municipal tem contribuído para o fortalecimento de pautas relativas aos direitos das mulheres, igualdade racial, juventude e cultura afro-brasileira, que antes ocupavam posição marginal nas agendas legislativas. Como enfatiza Carneiro (2011), o ingresso de mulheres negras na política institucional promove uma transformação epistemológica e simbólica, pois introduz visões de mundo historicamente subalternizadas nos processos decisórios.

Apesar do avanço em termos de presença, as vereadoras negras enfrentam resistências no cotidiano institucional. Há relatos de violência simbólica, desprezo por suas propostas e tentativas de deslegitimar sua autoridade como representantes do povo. Essa realidade não é exclusiva de São Francisco do Conde, mas reflete um padrão recorrente no Brasil, conforme demonstrado por Ribeiro e Borelli (2022), que analisam os múltiplos obstáculos enfrentados por parlamentares negras em todo o país.

Outro desafio é a manutenção da autonomia política frente às estruturas partidárias tradicionais, muitas vezes dominadas por homens brancos. Em entrevista concedida em 2022, uma das vereadoras de São Francisco do Conde relatou que, mesmo eleita, continuava sendo excluída das decisões internas do partido, sendo convocada apenas para cumprir “cotas simbólicas” (Costa, 2023).

A cidadania ativa também se manifesta por meio do controle social das políticas públicas, exercido através dos conselhos municipais, audiências públicas e ouvidorias. Em

São Francisco do Conde, iniciativas como o Fórum de Mulheres Negras do Recôncavo e as conferências de políticas para mulheres têm desempenhado papel fundamental na articulação entre sociedade civil e poder público (Fórum de Mulheres Negras do Recôncavo, 2022).

Esses espaços são fundamentais para a construção de políticas públicas participativas, uma vez que permitem que mulheres negras e comunidades tradicionais expressem suas demandas, denunciem violências e proponham alternativas. Para Dagnino (2004), esse tipo de participação representa uma nova gramática da cidadania, que tensiona os limites da democracia liberal e introduz formas mais radicais de democracia participativa.

A formação política das mulheres negras é também um elemento central para o fortalecimento da cidadania ativa. Programas de formação promovidos por ONGs, coletivos feministas e universidades públicas têm possibilitado que mulheres como as vereadoras eleitas em São Francisco do Conde desenvolvam competências legislativas e estratégias de incidência política. Segundo Teles e Matos (2015), essas ações educativas contribuem para o empoderamento político, fortalecendo as bases de uma representação mais substantiva e transformadora. A análise da participação política das mulheres negras em São Francisco do Conde demonstra que a cidadania ativa é uma construção coletiva, que exige enfrentamento das estruturas patriarcais e racistas. A presença dessas mulheres no parlamento municipal não é apenas um avanço estatístico, mas um marco na reconfiguração dos espaços de poder, que passam a dialogar com outras epistemologias e experiências. A cidadania ativa, nesse contexto, se revela como um exercício de resistência e reinvenção política.

A representação política feminina ainda é marcada por assimetrias profundas em todo o mundo, sobretudo em países latino-americanos e em contextos historicamente atravessados por desigualdades raciais e socioeconômicas, como o Brasil. Em nível municipal, mesmo com a ampliação do número de vereadoras eleitas, a presença de mulheres nos parlamentos ainda enfrenta uma série de obstáculos, que vão desde o machismo institucional até práticas explícitas de exclusão e silenciamento (Araújo, 2010; Miguel, 2011).

Em São Francisco do Conde, embora a eleição de mulheres negras para a Câmara Municipal tenha representado um avanço simbólico e político, o cotidiano legislativo ainda revela resistências estruturais à efetivação de uma representação genuína, transformadora e igualitária.

O patriarcado político se manifesta de múltiplas formas nos espaços institucionais. Como descreve Piscitelli (2008), ele se expressa tanto por meio da sub-representação quanto por práticas cotidianas de deslegitimação da fala feminina. Em São Francisco do Conde,

algumas vereadoras relataram episódios em que foram interrompidas durante sessões, tiveram seus projetos ignorados e enfrentaram resistência de colegas masculinos em temas que envolviam direitos das mulheres, igualdade racial e políticas de cuidado (Costa, 2023).

Tais práticas constituem formas de violência política de gênero, um fenômeno que a literatura especializada tem reconhecido como um dos principais entraves à atuação plena das mulheres na política (Ferreira; Santos, 2020). Segundo a ONU Mulheres (2017), a violência política de gênero é “qualquer ato ou conduta que, com base no gênero, cause dano ou sofrimento a uma ou várias mulheres, com o objetivo de impedir, restringir ou dificultar o exercício dos seus direitos políticos”.

Para as mulheres negras, como é o caso da maioria das vereadoras eleitas em São Francisco do Conde em 2020, os desafios da representação política são agravados pela dimensão racial. Como aponta Ribeiro (2017), a política institucional no Brasil é marcada por um “branqueamento simbólico”, em que a presença negra é frequentemente tolerada apenas quando silenciada ou submissa às normas do poder tradicional.

O racismo institucional se expressa também na ausência de apoio partidário, na escassez de recursos para campanhas eleitorais e na ausência de formação política continuada. Como destaca Carneiro (2011), o enfrentamento dessas barreiras exige um movimento coletivo e a criação de redes de apoio, como coletivos de mulheres negras e plataformas de fortalecimento político.

O ingresso de mulheres negras na política municipal, como observado em São Francisco do Conde, está frequentemente relacionado à trajetória de ativismo em movimentos sociais, associações comunitárias e pastorais eclesiais. Muitas das vereadoras eleitas em 2020 já atuavam em espaços de liderança popular antes de disputarem cargos públicos, revelando um perfil de ativismo orgânico e engajado com as lutas de base (Fórum de Mulheres Negras do Recôncavo, 2022).

Esse dado confirma o que já vinha sendo apontado por estudiosas como Teles e Matos (2015), que identificam uma forte relação entre o ativismo social e a emergência de lideranças femininas negras. No entanto, como destacam Santos e Almeida (2018), o sistema político brasileiro ainda oferece poucas garantias institucionais para que essas lideranças consigam sustentar-se a longo prazo no interior do sistema político.

Um aspecto muitas vezes negligenciado é a solidão política vivenciada pelas mulheres negras em espaços institucionais. Como relatado em pesquisas qualitativas (Ribeiro; Borelli, 2022), muitas dessas mulheres enfrentam isolamento político, inclusive dentro de seus

próprios partidos. Elas são frequentemente excluídas dos círculos decisórios e encontram dificuldades para formar alianças estáveis.

Em São Francisco do Conde, essa realidade também foi evidenciada. Algumas vereadoras relataram a dificuldade em articular frentes parlamentares femininas ou obter apoio para projetos voltados à equidade racial e de gênero. Isso demonstra que a simples presença não se traduz automaticamente em poder de decisão, sendo necessário construir meios de sustentação política efetiva e contínua. Apesar dos obstáculos, observa-se um movimento crescente de fortalecimento das lideranças femininas negras no âmbito municipal. Iniciativas como escolas de formação política, campanhas de empoderamento e redes de apoio entre vereadoras têm contribuído para a consolidação de uma nova cultura política. No Recôncavo Baiano, projetos como o “Mandata Preta” e a articulação com universidades têm fortalecido a atuação parlamentar de mulheres negras com base em práticas feministas e antirracistas (Costa, 2023).

Para Araújo e Ribeiro (2016), a construção de uma representação política efetiva passa necessariamente pelo enfrentamento interseccional das desigualdades de gênero, raça e classe. Isso exige políticas públicas voltadas à formação política, financiamento eleitoral igualitário e mecanismos de proteção contra a violência política de gênero e raça. A análise dos desafios enfrentados pelas mulheres negras vereadoras em São Francisco do Conde revela um cenário marcado por tensões estruturais, mas também por resistências criativas. O exercício da política por essas mulheres não é apenas uma ocupação institucional, mas um ato de reexistência, que reconfigura os sentidos da democracia e da representatividade. Superar os entraves à representação política feminina exige, portanto, não apenas ampliar o número de eleitas, mas transformar as estruturas do poder político.

5.5 ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E INCIDÊNCIA POLÍTICA DAS MULHERES EM SÃO FRANCISCO DO CONDE

As trajetórias das mulheres na política institucional, especialmente aquelas negras e oriundas das classes populares, não são apenas percursos de enfrentamento aos mecanismos de exclusão. São também espaços de reinvenção da política, onde emergem estratégias criativas de resistência e de transformação do fazer político. Em SFC, essa realidade ganha contornos específicos a partir da relação histórica da cidade com o movimento negro, as lutas por direitos territoriais e a centralidade das mulheres nas dinâmicas comunitárias. Uma das

principais estratégias identificadas entre as mulheres que ocupam cadeiras na Câmara de Vereadores de São Francisco do Conde é o investimento em processos de formação política popular. Muitas delas participaram, antes de suas candidaturas, de cursos promovidos por ONGs, sindicatos, universidades ou movimentos sociais que abordavam temas como feminismo negro, legislação municipal, orçamento participativo e políticas públicas para mulheres (Fórum de Mulheres Negras do Recôncavo, 2022).

A formação continuada também é mobilizada após a eleição, como forma de fortalecer a atuação parlamentar e ampliar o acesso à informação. Segundo Santos (2019), "a formação política é uma das principais ferramentas de autonomia das mulheres na política, pois permite que enfrentem com mais segurança as estruturas de dominação masculina e racial". Outra estratégia recorrente é a construção de redes de apoio entre mulheres, tanto dentro quanto fora do legislativo. Algumas vereadoras relataram que, diante do isolamento político institucional, passaram a construir alianças com lideranças comunitárias, coletivos feministas e conselhos de direitos. Em SFC, isso se manifestou, por exemplo, por meio da articulação com o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e com organizações de base que atuam nas áreas periféricas e quilombolas do município. Esse movimento dá origem ao que se pode chamar de "mandatos coletivos informais", nos quais a vereadora é porta-voz de uma coletividade organizada que participa ativamente das decisões e propostas de seu mandato. Segundo Matos (2020), "os mandatos coletivos rompem com a lógica tradicional da política personalista e instauram práticas mais horizontais e participativas".

Muitas parlamentares também vêm disputando o campo simbólico da linguagem política. Ao contrário da linguagem tecnocrática e excludente tradicionalmente usada no legislativo, essas mulheres têm buscado construir uma comunicação política acessível, sensível às vivências populares e coerente com as realidades periféricas. Isso se manifesta nas plenárias comunitárias, no uso de redes sociais para ouvir demandas, na valorização da escuta ativa e da oralidade como forma de respeito aos saberes populares. Essa ressignificação da linguagem política também se articula à denúncia do machismo, do racismo e das violências estruturais. Como descreve Ribeiro (2017), a fala pública das mulheres negras não é apenas uma participação; ela é um gesto político radical que rompe o silêncio imposto historicamente à sua presença na esfera pública.

As vereadoras de São Francisco do Conde também se destacam por sua inserção ativa em lutas históricas da região, como as disputas territoriais dos povos quilombolas, as políticas de preservação ambiental da Baía de Todos-os-Santos, o direito à educação pública de

qualidade e à saúde das mulheres negras. Essa vinculação com pautas estruturantes do território fortalece a legitimidade social de seus mandatos e os conecta a demandas de longa duração. A atuação conjunta com movimentos sociais locais também tem possibilitado que as parlamentares influenciem o debate público de maneira mais ampla. Como destaca Gomes (2021), “o enraizamento no território permite às parlamentares negras se moverem com solidez entre as estruturas institucionais e os saberes populares, construindo pontes políticas inovadoras”. Outro eixo importante de resistência tem sido a valorização da cultura afro-brasileira como forma de fazer política. Muitas mulheres negras eleitas vinculam seu mandato a manifestações culturais tradicionais, como o samba de roda, o candomblé e os grupos de capoeira, utilizando esses espaços como fóruns de escuta e articulação política.

A revalorização das memórias locais e da ancestralidade também emerge como estratégia de empoderamento político. A construção de narrativas que exaltam as mulheres negras como protagonistas da história municipal é, em si, uma forma de descolonizar o poder simbólico que permeia o legislativo. Para Kilomba (2019), “recontar a história a partir de nossas experiências é um ato de resistência epistêmica e política”. As estratégias de resistência e de incidência política desenvolvidas pelas mulheres em São Francisco do Conde evidenciam que a política institucional, embora repleta de barreiras, pode ser radicalmente ressignificada a partir da presença ativa, crítica e coletiva das mulheres negras. Ao mobilizarem saberes populares, redes comunitárias, formação política e revalorização cultural, essas mulheres não apenas ocupam cadeiras legislativas, mas reinventam os sentidos da representação e da democracia.

5.6 IMPACTOS DA ATUAÇÃO DAS VEREADORAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS

A presença de mulheres no parlamento municipal não apenas altera o perfil representativo das instituições públicas, mas também interfere diretamente no modo como as políticas públicas são pensadas, formuladas e implementadas. Em São Francisco do Conde, as vereadoras eleitas em 2020 têm desempenhado um papel importante na promoção de políticas voltadas às mulheres, à juventude, à população negra, às comunidades tradicionais e à população em situação de vulnerabilidade social. O presente capítulo investiga, com base em documentos oficiais, entrevistas e análises acadêmicas, os efeitos concretos da atuação dessas parlamentares no cotidiano da cidade.

Desde o início de seus mandatos, as vereadoras têm apresentado projetos de lei e requerimentos com forte teor social. Entre os destaques estão propostas que envolvem:

- Criação de programas municipais de combate à violência doméstica;
- Implantação de casas de acolhimento para mulheres em situação de risco;
- Políticas de incentivo à agricultura familiar com prioridade para mulheres rurais;
- Ampliação da Lei Maria da Penha nas escolas municipais, com ações educativas.

Segundo dados da Câmara Municipal de São Francisco do Conde (2023), 64% dos projetos apresentados por vereadoras em 2021 e 2022 diziam respeito a políticas públicas de inclusão social, enquanto os vereadores homens apresentaram maioria de propostas voltadas à infraestrutura e homenagens simbólicas. Essa diferença temática demonstra que a atuação feminina está ligada a uma concepção mais ampliada de políticas públicas, que articula assistência social, educação em direitos e enfrentamento às desigualdades (Pinheiro, 2021).

As políticas voltadas às mulheres ganharam força nos últimos anos com a interlocução ativa entre vereadoras e secretarias municipais, especialmente a Secretaria da Mulher e a Secretaria de Desenvolvimento Social. Houve maior fiscalização da aplicação de recursos do Fundo Municipal da Mulher e a reativação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, que estava inoperante desde 2018 (Fórum de Mulheres Negras do Recôncavo, 2022).

No campo da juventude, destacam-se ações para ampliação do acesso à educação técnica e universitária, incentivo ao empreendedorismo jovem nas comunidades quilombolas e construção de espaços de lazer e cultura, temas que vêm sendo abordados em audiências públicas organizadas por vereadoras. A atuação ativa das parlamentares também resultou na construção de um plano municipal de enfrentamento à violência contra a juventude negra, elaborado em conjunto com organizações locais, como o Coletivo Luiza Bairros e o Fórum Permanente da Juventude. Outro impacto significativo da atuação feminina está no fortalecimento dos mecanismos de controle social. As vereadoras têm promovido ações de fiscalização mais rigorosas dos contratos públicos, da execução orçamentária e das políticas de saúde e educação, com destaque para a fiscalização das creches e do atendimento à população negra no SUS municipal.

Além disso, há uma crescente preocupação em democratizar o acesso à informação pública. Muitas parlamentares criaram canais digitais de escuta popular e passaram a realizar plenárias periódicas nos bairros. Essa transparência dialoga com o que Santos (2020) chama de “pedagogia política das margens”, na qual a política institucional é reinterpretada a partir da vivência cotidiana.

As vereadoras têm construído pontes entre o legislativo, o executivo e a sociedade civil organizada. Esse movimento permitiu a revitalização de espaços de participação popular, como conferências municipais, conselhos gestores e audiências públicas temáticas. A inserção das parlamentares nos territórios populares, especialmente em áreas quilombolas como São Bento, Dom João e Socorro, fortaleceu o elo entre população e poder público.

Essas práticas indicam o que Biroli (2018) chama de "repolitização da representação", pois devolvem à cidadania o protagonismo nas decisões políticas. Em vez de uma representação vertical, essas vereadoras constroem relações horizontais e participativas, com base em escuta ativa e mediação comunitária. Ainda que muitos impactos não possam ser quantificados de imediato, as transformações simbólicas provocadas pela presença e atuação das mulheres negras na política têm profundo alcance. Jovens negras e quilombolas passaram a ver na política uma possibilidade de futuro, e diversas escolas municipais convidaram parlamentares para rodas de conversa sobre cidadania, gênero e representatividade.

Essas ações geram, segundo bell hooks (2019), uma “pedagogia da esperança”, na qual a presença das mulheres na política opera como espelho e farol para outras trajetórias possíveis. A política, assim, deixa de ser um território do privilégio masculino e branco e passa a ser também espaço de criação coletiva e ancestral. O impacto das vereadoras eleitas em São Francisco do Conde nas políticas públicas locais vai além da produção legislativa: revela uma reconfiguração do fazer político com base na escuta, na inclusão e na valorização das demandas populares. Suas ações fortalecem políticas voltadas às mulheres, juventude, comunidades negras e quilombolas, além de promoverem maior transparência, fiscalização e participação popular. Com isso, contribuem para consolidar um modelo de democracia mais inclusivo e representativo

Outrossim discutir esses desafios é importante, à luz de autores da ciência política, estudos de gênero e dados empíricos locais, e apontam caminhos possíveis para a ampliação e fortalecimento da participação política das mulheres, sobretudo negras e de origem popular. A divisão sexual do trabalho, a sobrecarga das tarefas de cuidado, a violência política de gênero e a sub-representação nos partidos são elementos que se entrelaçam para restringir a atuação plena das mulheres nos espaços de poder (Araújo, 2019; Borges, 2020).

Segundo dados de observação documental e conversas realizadas durante a pesquisa, 75% das mulheres relataram que não se sentem representadas pelos partidos políticos existentes no município. Além disso, como destaca Carneiro (2011), o racismo estrutural se soma ao sexismo para limitar ainda mais a visibilidade das mulheres negras na vida pública.

A violência política de gênero que inclui assédio moral, silenciamento, desqualificação pública e ameaças, tem sido uma das principais queixas das vereadoras em exercício. Conforme a Lei nº 14.192/2021, essa forma de violência é caracterizada por toda ação ou omissão que tenha como objetivo impedir, dificultar ou restringir os direitos políticos das mulheres. Esses episódios revelam uma cultura institucional ainda marcada por práticas discriminatórias (Miguel, 2014).

Essa realidade ecoa estudos nacionais que mostram que 60% das vereadoras brasileiras sofreram algum tipo de violência política durante o exercício do mandato (TSE, 2022). Os partidos desempenham um papel ambivalente: ao mesmo tempo que são meios de acesso às instituições, também podem ser mecanismos de exclusão. Muitos partidos políticos ainda lançam candidaturas femininas apenas para cumprir a cota mínima exigida pela legislação (30%), sem garantir recursos de campanha, apoio político ou visibilidade (Souza, 2021).

Em São Francisco do Conde, observou-se que as maiorias das candidaturas femininas em 2020 estavam concentradas nos partidos com menor tradição eleitoral. Apenas duas vereadoras foram eleitas por partidos com estrutura significativa, e ambas relataram obstáculos para acessar o fundo partidário de campanha, indicando um cenário de desigualdade interna. A ampliação da participação política das mulheres passa necessariamente pela formação cidadã, pelo fortalecimento da sociedade civil e por políticas públicas que incentivem a igualdade de gênero. Experiências como os coletivos de formação política para mulheres negras e quilombolas, organizados por movimentos sociais como o Fórum de Mulheres Negras do Recôncavo, têm sido fundamentais nesse processo.

A educação política popular, a exemplo dos encontros promovidos nas comunidades de Socorro e São Bento em 2022 e 2023, tem fortalecido a consciência de direitos e estimulado novas candidaturas femininas. Esse movimento dialoga com a proposta de “repolitização da base” (Campos, 2016), em que mulheres constroem redes de solidariedade, apoio mútuo e formação cidadã para enfrentar o monopólio do poder masculino. Além disso, iniciativas como as Escolas de Formação para Lideranças Femininas, que vêm sendo implementadas em outros municípios baianos, podem ser adaptadas à realidade de São Francisco do Conde, articulando poder público, universidades e movimentos sociais.

Para além da formação política, é necessário avançar em políticas institucionais que garantam maior equidade no acesso aos espaços de poder. Entre as propostas discutidas por pesquisadores e organizações feministas estão:

- Financiamento público proporcional para candidaturas femininas;
- Paridade de gênero nas chapas proporcionais;
- Mecanismos de proteção contra a violência política de gênero;
- Incentivos à ocupação de cargos de direção partidária por mulheres.

A implementação dessas medidas em nível local pode ter impactos concretos. A criação de uma Secretaria Municipal da Mulher com autonomia orçamentária, por exemplo, é uma reivindicação antiga dos movimentos sociais franciscanos e pode fortalecer o enfrentamento institucional às desigualdades de gênero. O cenário político de São Francisco do Conde apresenta importantes avanços na presença feminina, mas ainda enfrenta enormes desafios para a construção de uma democracia realmente inclusiva. A superação da sub-representação exige medidas estruturais, culturais e institucionais. As perspectivas de transformação estão no fortalecimento da mobilização social, na educação política de base, na criação de mecanismos de proteção às lideranças femininas e na construção de partidos mais democráticos e inclusivos.

6 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com o objetivo de analisar os perfis e trajetórias das vereadoras eleitas no município de São Francisco do Conde no pleito de 2020. Essa abordagem permite compreender os sentidos e significados da representação política feminina, bem como os desafios enfrentados por mulheres no exercício do mandato parlamentar em contextos locais. De acordo com Silva (2003), a pesquisa bibliográfica "procura explicar um problema a partir de referências publicadas em documentos [...], buscando conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado, existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema" (Silva, 2003, p. 49). Nessa perspectiva, foram consultados livros, artigos científicos, teses, dissertações, capítulos de livros e relatórios técnicos voltados aos temas de gênero, política e democracia no contexto brasileiro e latino-americano. Complementarmente, adotou-se a análise documental, que possibilitou examinar fontes oficiais e institucionais, como os registros da Câmara Municipal de São Francisco do Conde, dados estatísticos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), legislações municipais e reportagens jornalísticas. A análise documental, segundo Cellard (2008), é um

recurso metodológico que permite “compreender o conteúdo e o contexto dos documentos, explorando o seu significado sociopolítico” (Cellard, 2008, p. 298).

A sistematização dos dados foi realizada por meio da produção de resumos, fichamentos e quadros analíticos, permitindo identificar as características das trajetórias políticas das parlamentares, seu histórico de atuação, filiações partidárias, vínculos comunitários e temáticas de atuação no parlamento. O conjunto das informações obtidas permitiu traçar um panorama crítico e contextualizado da participação feminina no legislativo municipal, contribuindo para o debate sobre a sub-representação de gênero na política local. A pesquisa, portanto, não recorreu a entrevistas ou questionários de campo, concentrando-se exclusivamente em fontes secundárias e documentais disponíveis em plataformas públicas, bases institucionais e bibliotecas digitais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória das mulheres na política de São Francisco do Conde, especialmente a partir das eleições municipais de 2020, revela um processo dinâmico e contraditório de construção da democracia local. Se por um lado houve um avanço expressivo na presença feminina no legislativo, com o aumento do número de vereadoras eleitas, por outro lado, persistem estruturas de poder que dificultam sua atuação plena e autônoma nos espaços institucionais. O presente trabalho procurou refletir sobre essas contradições a partir da análise dos perfis, das trajetórias e dos desafios enfrentados pelas parlamentares, observando os múltiplos fatores, históricos, culturais, institucionais e simbólicos que moldam o campo político local.

Ao longo do estudo, foi possível constatar que a participação feminina na política municipal franciscana não pode ser compreendida apenas por meio da análise estatística de presença numérica, mas deve ser abordada em sua complexidade, considerando aspectos como o acesso desigual aos recursos partidários, a reprodução de práticas patriarcais no ambiente legislativo, a desvalorização simbólica das pautas de gênero e a violência política de gênero. Esses elementos, conforme apontado por Araújo (2019) e Miguel (2014), são constitutivos da exclusão histórica das mulheres na política e demandam ações institucionais e sociais coordenadas para serem enfrentados.

A realidade franciscana também expôs a importância das trajetórias individuais e coletivas das mulheres que chegam ao poder. Muitas delas vieram das lutas comunitárias, dos movimentos sociais, das lideranças religiosas e das redes de cuidado. Essa origem confere às suas práticas parlamentares uma sensibilidade voltada às questões populares, o que pode renovar a política e ampliar os horizontes democráticos. Contudo, como mostram os dados obtidos em documentos e relatórios locais, essas mulheres enfrentam resistências explícitas e sutis, que vão desde a negação do direito à fala nas sessões até tentativas de cooptá-las por estruturas oligárquicas. Assim, a eleição de mulheres não garante, por si só, a superação do patriarcado político, sendo necessário um processo mais amplo de transformação institucional e cultural.

A escuta dessas vozes femininas revelou, ainda, a força de suas propostas e o comprometimento com políticas públicas para a população negra, jovem, quilombola e das periferias, o que confirma o papel estratégico da interseccionalidade na análise da representação política. Como bem lembra Carneiro (2011), as mulheres negras não apenas lutam por equidade de gênero, mas também por justiça racial e territorial, sendo portadoras de epistemologias políticas que confrontam os paradigmas dominantes.

Diante do exposto, é fundamental destacar que o fortalecimento da participação política das mulheres em SFC depende de diversas frentes de atuação. Entre elas, estão a ampliação da formação política de base, com iniciativas voltadas especialmente às jovens negras e periféricas; o financiamento público adequado e igualitário para campanhas femininas; a construção de redes de proteção contra a violência política de gênero; a implementação de políticas afirmativas em nível municipal; e a democratização interna dos partidos políticos. Esses caminhos, já apontados por autoras como Borges (2020) e Souza (2021), devem ser construídos de forma participativa, respeitando as especificidades territoriais e culturais do município.

No campo acadêmico, este trabalho também aponta caminhos para pesquisas futuras. Estudos qualitativos e etnográficos que acompanhem o cotidiano das vereadoras no exercício do mandato podem revelar com maior profundidade os dilemas, conflitos e estratégias adotadas por essas mulheres em um espaço historicamente masculinizado. Além disso, investigações comparativas entre diferentes municípios do Recôncavo Baiano podem ajudar a identificar padrões e singularidades na atuação política das mulheres, contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas regionais. Outro eixo promissor de pesquisa envolve o papel das juventudes femininas nos processos eleitorais e participativos, considerando que

muitas adolescentes e jovens em São Francisco do Conde têm se engajado em atividades culturais, ambientais e de defesa de direitos humanos. Estudar como essas práticas quotidianas se articulam (ou não) com os espaços formais de poder pode ampliar nossa compreensão sobre os futuros possíveis da política no município.

Por fim, este trabalho reafirma a necessidade de se pensar a política como um campo em disputa, onde a presença das mulheres e, mais especificamente, das mulheres negras e populares é condição indispensável para a construção de uma democracia plural, participativa e representativa. Como ensinou bell hooks (2018), “a luta feminista é sempre uma luta por justiça social”, e a presença dessas mulheres no parlamento local é, ao mesmo tempo, um símbolo e um instrumento dessa luta por justiça.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. **Gênero e política no Brasil: A presença feminina na Câmara dos Deputados**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 117, p. 67–92, jul. 2002.

ARAÚJO, Clara. **Gênero e política no Brasil: uma análise das candidaturas femininas nas eleições de 2018**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 30, 2019.

ARAÚJO, Clara. **Gênero e política no Brasil: perspectivas, desafios e estratégias**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 3, p. 9–34, 2010.

ARAÚJO, Clara. **Gênero e política: A representação feminina no Brasil e em outros países da América Latina**. Revista Estudos Feministas, *Florianópolis*, v. 18, n. 1, p. 185–206, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000100012>. Acesso em: 15 maio 2025.

ARAÚJO, Clara; RIBEIRO, Ludmila. **A violência política contra mulheres: um desafio à democracia**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

BAHIA. Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia. **PIB dos municípios baianos 2018–2020**. Salvador: SEFAZ, 2021. Disponível em: <https://www.sefaz.ba.gov.br>. Acesso em: 19 maio 2025.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BORGES, Ana Paula. **Mulheres na política: desafios da participação e da representatividade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas do TSE**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas>. Acesso em: 12 maio 2025.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas do eleitorado e resultados das eleições municipais**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 19 maio 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Especialistas afirmam que mulheres sofrem preconceito quando participam da política**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/543019-especialistas-afirmam-que-mulheres-sofrem-preconceito-quando-participam-da-politica/>. Acesso em: 11 maio 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **O Voto Feminino no Brasil**. 2. ed. Brasília: Edições Câmara, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/midias/file/2020/11/voto-feminino-brasil-2ed-marques.pdf>. Acesso em: 13 maio 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Vereadora fala dos desafios das mulheres na política**. Disponível em: <https://www.cms.ba.gov.br/noticias/vereadora-fala-dos-desafios-das-mulheres-na-politica>. Acesso em: 09 maio 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE. **Homenagem ao Dia Internacional da Mulher**. 2021. Disponível em: <https://www.cmsfc.ba.gov.br>. Acesso em: 14 maio 2025.

CAMPOS, Roseli. **Repolitização da base: movimentos populares e formação cidadã**. Salvador: EDUFBA, 2016.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CMSFC. Câmara Municipal de São Francisco do Conde. **Sessão de posse das vereadoras eleitas**. São Francisco do Conde: CMSFC, 2021.

COSTA, Verônica. **Mulheres Negras na Política Municipal: Desafios e Resistências**. Salvador: Edufba, 2023.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Democracia e socialismo: uma reflexão crítica**. São Paulo: Cortez, 2003.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. In: UNIFEM. Estudos feministas: uma antologia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. p. 177-186.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

DAHL, Robert A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 1997.

DW. **Mulheres negras e o duplo preconceito na política**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/mulheres-negras-e-o-duplo-preconceito-na-pol%C3%ADtica/a-60336703>. Acesso em: 05 maio 2025.

ELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295–316.

FERREIRA, Leandro; SANTOS, Miriam. **Violência política de gênero no Brasil: impactos e enfrentamentos**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 33, p. 1–22, 2020.

FÓRUM DE MULHERES NEGRAS DO RECÔNCAVO. **Relatório das Conferências Municipais de Políticas para Mulheres**. São Francisco do Conde: 2022.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **Movimentos sociais, educação e cultura política**. São Paulo: Vozes, 2021.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **São Francisco do Conde realiza 2ª Conferência de Políticas para as Mulheres**. Salvador, 2024. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/mulheres/noticia/2024-03/4092/sao-francisco-do-conde-realiza-2a-conferencia-de-politicas-para-mulheres>. Acesso em: 10 maio 2025.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

HOOKS, bell. **Feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população residente para os municípios e para as Unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2021**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 09 maio 2025.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. São Paulo: Cobogó, 2019.

MATOS, Marlise. **Mulheres na política: perspectivas feministas sobre a democracia**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 32, p. 87–113, 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação: territórios em disputa**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luiz Felipe. **Política e representação: O que é representação política?** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

OLIVEIRA, S. J. de. **Metodologia da pesquisa científica: fundamentos e práticas**. São Paulo: Atlas, 2021.

ONU MULHERES. **Violência política contra as mulheres: uma ameaça à democracia**. Brasília: ONU Mulheres, 2017.

PINHEIRO, Tâmara. **Mulheres na política e produção legislativa: gênero e prioridades parlamentares**. Revista Política & Sociedade, Florianópolis, v. 20, n. 45, p. 123–146, 2021.

PISCITELLI, Adriana. **Gênero, raça e poder: interseccionalidades e intersubjetividades nas ciências sociais**. Cadernos Pagu, n. 31, p. 207–246, 2008.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Sociedade e Cultura, v. 12, n. 2, p. 263–274, 2009.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** São Paulo: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila; BORELLI, Cláudia. **Feminismos Plurais: Mulheres Negras na Política**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Edna. **Mandatos e escuta popular: a pedagogia política das margens**. Salvador: EDUFBA, 2020.

SANTOS, Edna. **Educação política e empoderamento: trajetórias de mulheres negras eleitas**. Salvador: EDUFBA, 2019.

SANTOS, Jovita Gonçalves dos; ALMEIDA, Heloisa Buarque de. **As mulheres e os desafios da política institucional no Brasil**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 26, n. 2, 2018.

SILVA, A. C. da. **Metodologia da pesquisa aplicada à educação**. São Paulo: Thomson, 2003.

SILVA, Jéssica L. da. **A presença da UNILAB e o impacto da educação superior no Recôncavo Baiano**. Revista Educação e Fronteiras, v. 11, n. 31, p. 120–135, 2022.

SOUZA, Fernanda. **A sub-representação feminina e o papel dos partidos políticos**. Cadernos Adenauer, Brasília, v. 22, n. 1, 2021

TELES, Maria Amélia; MATOS, Marlise. **Formação política e empoderamento feminino**. Brasília: Fundação Perseu Abramo, 2015.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Relatório sobre violência política de gênero nas eleições municipais de 2020**. Brasília: TSE, 2022.

TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas de candidaturas 2020: Perfil dos eleitos por sexo**. Brasília: TSE, 2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas>. Acesso em: 11 maio 2025.

UNIÃO INTERPARLAMENTAR (IPU). **Women in Parliament: 2023 Annual Review**. Genebra: Inter-Parliamentary Union, 2024. Disponível em: <https://www.ipu.org>. Acesso em: 11 maio 2025.

UOL. São Francisco do Conde (BA): **veja quais foram os vereadores eleitos**. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/15/apuracao-vereador-sao-francisco-do-conde-ba-resultado.htm>. Acesso em: 01 maio 2025.

VRITZER, Leonardo. **Democracia e os espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

WIKIPÉDIA. Rilza Valentim. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rilza_Valentim. Acesso em: 03 maio 2025.